

278  
/

**Habeas Corpus nº:** 0330729-5  
**Comarca Origem:** Recife – 5ª Vara Criminal  
**Impetrante:** Cícera Maria Lins dos Santos  
**Paciente:** Admilson Severino Domingos  
**Relator:** Des. Odilon de Oliveira Neto  
**Relator para o acórdão:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRAZO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.**

1. A orientação dos nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que, com o término da instrução criminal, perde o objeto a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.
2. Nesse sentido é a Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça: "ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO".
3. Considerando-se que o feito está na fase das alegações finais, fica superada a alegação de excesso de prazo, devendo-se destacar que a própria defesa dificultou o andamento do processo, posto que a mãe da vítima não apresentou o endereço correto desta para que fosse promovida sua intimação.
4. Por maioria de votos, denegou-se a ordem do presente writ.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 330729-5, da 5ª Vara Criminal da Capital, em que figuram, como impetrante, Cícera Maria Lins dos Santos e, como paciente **Admilson Severino Domingos**, acordam os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por maioria de votos**, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, nos termos do voto do Des. Mauro Alencar de Barros, vencido o Relator, Des. Odilon de Oliveira Neto.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



268

PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****HABEAS CORPUS:** N.º 0002803-20.2014.8.17.0000 (0330729-5)**COMARCA DE ORIGEM:** 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL/PE**IMPETRANTE:** DRA. CÍCERA MARIA LINS DOS SANTOS**PACIENTE:** ADMILSON SEVERINO DOMINGOS**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de *habeas corpus* ajuizado pela Dra. Cícera Maria Lins dos Santos em favor de Admilson Severino Domingos, apontando como autoridade coatora o MM Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital, sob acusação de ter incorrido na conduta descrita no art. 217-A, §1º c/c art. 14, inc. II do Código Penal, por **alegação de excesso de prazo da instrução criminal, perdurando a custódia preventiva há quase 2 anos.**

Narra a denúncia que na noite do dia 14 de julho de 2012, aproximadamente às 4h, na Rua Siderópolis, nº 210, no bairro do Pina, nesta cidade do Recife, o paciente teria se aproximado da suposta vítima Fernanda Leôncio Nascimento Costa, sua enteada, então com 18 anos de idade, enquanto esta dormia, e **tentado abusar sexualmente** desta, acariciando suas pernas e partes íntimas, chegando a masturbar-se, cessando suas ações mediante a intervenção do irmão da vítima, José Sérgio Nascimento Costa Júnior, que dormia no mesmo quarto, o qual noticiou o fato à genitora e à autoridade policial, o que culminou com a prisão do ora paciente.

**O paciente encontra-se recolhido** por força de prisão em flagrante, posteriormente convertida em prisão cautelar, em razão da gravidade do delito atribuído ao paciente, **desde o dia 14/07/2012, sem que a instrução criminal tenha sido concluída.**



269

PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

Alega a impetrante que o paciente é primário, possui residência e trabalho fixos, bons antecedentes, que não praticou os fatos que lhe são imputados, não havendo motivos para sua prisão, sobretudo diante do alegado **excesso de prazo na conclusão da instrução criminal**.

Juntou documentos de fls. 19/211 (cópia integral dos autos de origem).

Analisada a petição inicial, foram solicitadas **informações complementares** à autoridade apontada como coatora, colacionadas às fls. 215/216, **informando que os autos se encontram em cartório aguardando a realização de audiência de instrução designada para o dia 26/05/2014 e que a instrução se alonga em razão da ausência da vítima e das testemunhas arroladas pela acusação nas audiências anteriores, nas quais o Representante do Ministério Público insiste na oitiva**.

**Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 258/260, opinando pela concessão da ordem, em razão da clara afronta ao direito à razoável duração do processo garantido aos acusados no art. 5º, inc. LXXVII, da C.F., restando configurado o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos do art. 648, inc. II, do CPP.**

Eis o relatório.

Recife, 10 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator



270

PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****HABEAS CORPUS:** N.º 0002803-20.2014.8.17.0000 (0330729-5)**COMARCA DE ORIGEM:** 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL/PE**IMPETRANTE:** DRA. CÍCERA MARIA LINS DOS SANTOS**PACIENTE:** ADMILSON SEVERINO DOMINGOS**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**VOTO**

Segundo as informações prestadas pela autoridade impetrada, o paciente foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 217-A, §1º c/c art. 14, inc. II do Código Penal, encontrando-se preso cautelarmente. Informa, ainda, que os autos encontram-se aguardando audiência de instrução designada para o dia 26/05/2014 e que a demora na conclusão de tal fase se deve às ausências da vítima e das testemunhas arroladas pela acusação, que insiste na oitiva das mesmas, havendo sido remarcada a audiência por 3 vezes por esse motivo.

Afirmou, ainda, o MM Juiz que os pedidos de revogação da prisão preventiva foram indeferidos com supedâneo nos pareceres contrários do órgão ministerial, sob alegação da gravidade do delito que é atribuído ao acusado.

Analizando as informações trazidas pela autoridade apontada como coatora em cotejo com o contexto dos autos, verifico assistir razão à impetrante.

Isto porque restou configurado nos autos a situação objetiva do descumprimento dos prazos processuais, resultando na permanência da prisão processual do paciente por mais tempo do que determina a lei.

Nesse contexto, destaco parte do parecer da Douta Procuradoria de Justiça, às fls. 259:



27B

PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

***"É certo que os prazos processuais não são fatais, peremptórios, devendo a sua observância ser analisada caso a caso, tendo sempre em vista o princípio da razoabilidade, porém é igualmente indubitoso que somente pode ser descumprido em situações excepcionais que justifiquem a dilação ou quando a sua não observação é causada pelo acusado ou pela defesa deste".***

No presente caso, como visto, o retardo da marcha processual foi causado pelo Ministério Público, em razão da ausência reiterada das testemunhas relacionadas pela acusação às audiências de instrução, e sua insistência na oitiva destas, em situação que já perdura cerca de 1 ano e 3 meses.

Em consulta ao sítio informatizado deste Tribunal, verifico que no teor da ata da audiência realizada no último dia 26/05/2014, o MM Juiz de primeiro grau manteve a prisão do acusado, nos seguintes termos:

*"(...) O MM. Juiz disse que a ilustre defensoria postula a liberdade do acusado argumentando como tanto o excesso de prazo. Com vista para o Ministério Público apresentou parecer favorável para a concessão da liberdade. O MM. Juiz disse que não há que se falar de excesso de prazo da companheira do acusado para dificultar a colheita de provas não apresentava endereço de seu filho. O crime atribuído ao acusado e considerado o mais horripilante do CPB, a violação de intimidade de uma jovem, sem contar que a vítima é filha de sua companheira, e não pode ser ignorado de que o acusado disse aqui em seu interrogatório de que a sua esposa sequer foi a delegacia prestar queixa em defesa de sua filha. Não obstante pela admiração pela doura representante do Ministério peço a máxima vênia para discordar de o seu parecer para indeferir o pedido da defesa, devendo o acusado permanecer o acusado custodiado. Indefiro o pedido da Defesa. Depois de cumpridas as diligências requeridas vista as partes para apresentarem as alegações finais em forma de Memoriais Escritos no prazo de cinco dias." (destacamos)*

Restou configurado, portanto, o apontado excesso de prazo na conclusão da instrução criminal, permanecendo o acusado preso, configurando a alegada coação ilegal, porquanto não se mostra



279

PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

razoável manter-se a segregação cautelar do paciente, pelos motivos que fundamentaram o decreto prisional.

Ante o todo o exposto, filiando-me à manifestação da Douta Procuradoria de Justiça, voto pela **concessão da ordem, pelo que determino a expedição de alvará de soltura em favor de ADMILSON SEVERINO DOMINGOS, se por outro motivo não estiver preso.**

Recife, 10 de ~~maio~~ <sup>Julho</sup> de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator



274  
—  
✓

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 10 06 2014  
HABEAS CORPUS Nº 330729-5 - RECIFE  
IMPETRANTE : CÍCERA MARIA LINS DOS SANTOS  
PACIENTE : ADMILSON SEVERINO DOMINGOS  
RELATOR : DESEMBARGADOR ODILON OLIVEIRA NETO

---

RELATÓRIO ÀS FLS. 268/269 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 270/272 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO (PRESIDENTE)

O voto do Desembargador Odilon é no sentido da concessão da ordem, entendendo ter acontecido o excesso de prazo, voto que ponho em discussão.

Qual é o artigo e qual é esse prazo que não ouvi o tempo?

---

DESEMBARGADOR ODILON OLIVEIRA NETO (RELATOR)

Artigo 217, letra "a", § 1º combinado com o artigo 14, inciso II, do Código Penal. A prisão preventiva perdura há dois anos.

---

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

Desembargador Odilon, na resposta do magistrado, nas informações, ele diz que a ocorrer a audiência; mas aí Vossa Excelência já tomando conhecimento dessa informação, consultou o site e tem a informação de que o juiz, inclusive nessa audiência agora, no ultimo mês de maio, 26 de maio, foi mantida a custódia preventiva. E nessa audiência foi realizada, porque me parece que houve um contratempo de intimação de testemunha e vítima.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ODILON OLIVEIRA NETO (RELATOR)

Vou ler o termo de Audiência, essa que nós falamos, realizada em 26 de maio (271):

*"(...) O MM. Juiz disse que a ilustre defensoria postula a liberdade do acusado argumentando como tanto o excesso de prazo. Com vista para **o Ministério Público apresentou parecer favorável para a concessão da liberdade.** O MM. Juiz disse que não há que se falar em excesso de prazo da companheira do acusado para dificultar a colheita de provas não apresentava endereço de seu filho. O crime atribuído ao acusado é considerado o mais horripilante do CPB, a violação de intimidade de uma jovem, sem contar que a vítima e filha de sua companheira, e não pode ser ignorado de que o acusado disse aqui em seu interrogatório de que a sua esposa sequer foi a delegacia prestar queixa em defesa de sua filha. **Não obstante pela admiração pela douta Representante do Ministério peço a máxima vênia para discordar do seu parecer para indeferir o pedido da defesa, devendo acusado permanecer custodiado. Indefiro o pedido da defesa.** Depois de cumprida as exigências requeridas vista as partes para apresentar as alegações finais em forma de Memoriais Escritos no prazo de cinco dias."*

---

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

Eu estava esperando, exatamente, isso. Eventualmente deve ter ocorrido um atraso, é fato, dois anos, me parece que o que está dito na assentada, está dito que a vítima não teria sido encontrada, porque a própria mãe não teria indicado o endereço correto onde ela poderia ser encontrada. Mas o que é fato é que hoje, após a realização dessa audiência no último dia 16 de março, ou seja, praticamente 15 dias atrás, a instrução já foi encerrada e está na fase das alegações finais.

Então, eu vou pedir com a máxima vênia do voto de Vossa Excelência, e com o Parecer da Procuradoria, se não tivesse sido concluída a instrução nessa audiência, eu realmente iria acompanhar tanto o Parecer do 1º Grau da Promotoria, como o Parecer da Procuradoria, e o voto de Vossa Excelência. Agora, com a informação de que a instrução encontra-se encerrada já na fase agora das alegações finais, eu vou, pedindo vênia a Vossa Excelência, votar pela denegação da ordem.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO (PRESIDENTE)

Voto no mesmo sentido e pelos mesmos motivos.

Verificou-se, exatamente, quando da leitura do termo de audiência que houve um retardo também provocado por interesse da própria parte, dificultando a identificação do endereço da vítima, depoimento extremamente necessário num caso como este dessa natureza. E também porque é a minha praxe, o meu entendimento, que encerrada a instrução criminal não se fala mais em excesso de prazo, que é o que aconteceu nesse caso,

Também pedindo vênias ao Desembargador Relator, o meu voto é pela denegação da ordem.

---

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, DENEGOU-SE A ORDEM, CONTRÁRIA AO ENTENDIMENTO DO DESMEBARGADOR RELATOR, QUE A CONCEDIA, DEVENDO O ACÓRDÃO SER LAVRADO PELO DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR."

---